

# A INTERMEDIÇÃO CULTURAL DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS EM SALA DE AULA

RAQUEL DELGADO RAMOS\*

IVANISE MONFREDINI\*\*

## RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência auditiva tem suscitado uma série de pesquisas e estudos sobre como esse processo tem ocorrido (ou não) nas escolas brasileiras. Aspecto relevante nesse processo é o trabalho do intérprete de Língua de Sinais em sala de aula, que precisa ser reconhecido e analisado não só em sua tradução do conteúdo, mas também na importância de suas relações interpessoais, já que influenciam a formação da identidade do aluno surdo. Esse artigo tem como base o Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido a partir de pesquisa qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e de análise de documentos. Os objetivos foram reconhecer e analisar o trabalho do intérprete em sala de aula; conhecer a abordagem do intérprete em relação às diferentes culturas; analisar as relações intérprete e aluno, e aluno e professor. Será abordado a ética e a legislação do profissional intérprete de Libras e as barreiras que devem ultrapassar para que sua interpretação e diálogo com o aluno e sua relação com a sala de aula e o professor sejam coerentes e eficazes para a formação do sujeito surdo e sua identidade. Assim como a formação deste profissional, suas necessidades, dúvidas e o reconhecimento do seu trabalho em sala de aula.

## PALAVRAS-CHAVE

Intérprete educacional; formação do intérprete; comunicação; identidade.

\* Está cursando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo a extensão universitária Contribuições das Neurociências para o Fazer Docente. É interessada em educação inclusiva, ensino bilíngue (Português/Libras), e comunicação aumentativa e alternativa. Foi estagiária na Escola Verde que te Quero Verde em São Vicente, na qual trabalhou no segmento do Módulo Green (bilíngue PT/EN) (2015-2016). Formada em Pedagogia na Universidade Católica de Santos (2016), participou de diversos cursos de formação em Libras e interpretação tátil e comunicação háptica.

\* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e psicóloga formada pela Universidade de Mogi das Cruzes. Integra o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Santos e Coordena a Cátedra Paulo Freire - Formação de Sujeitos. É líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas em Educação: Trabalho e Formação.

## INTRODUÇÃO

**C**onhecer nosso passado histórico e cultural nos facilita o entendimento do presente, principalmente nas questões relacionadas à comunidade surda, que é formada, na definição de Strobel (2009, p.6), não só de surdos, mas também de sujeitos ouvintes como a família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham interesses em comum nas associações e federações de surdos, igrejas e outros espaços.

Tratando-se então de educação, consequentemente das políticas educacionais e inclusivas, é notável que assuntos como a inclusão, língua de sinais e a cultura surda, por exemplo, vem sendo discutidas, provocando tensões. Para Klein e Formozo (2008)

As atuais discussões acerca das políticas educacionais na perspectiva da educação inclusiva vêm tensionando acalorados debates/embates no campo da educação de surdos. Esses debates se proliferam em diferentes espaços: nas escolas de surdos, nos espaços de formação docente, e entre a militância dos movimentos surdos [...]. É interessante assinalar que vários desses aspectos historicamente apontados como relevantes e/ou indispensáveis nesse campo, permanecem atuais e necessários; ou seja, mesmo que farta e exaustivamente já discutidos, os temas sobre as línguas na educação de surdos, as perspectivas de educação bilíngue, a língua de sinais como língua constitutiva das identidades e das culturas surdas, entre outros, permanecem presentes em um campo de lutas por sentidos. (KLEIN, FORMOZO, 2008, p.1)

Mesmo com esses debates e essa preocupação no âmbito da educação, ainda há muitas lacunas relacionadas à inclusão, consequentemente na educação do povo surdo, “grupo de sujeitos que tem *costumes*, história, tradições em comum e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, que constroem sua concepção de mundo por meio da visão” (STROBEL, 2009, p.6). E essas lacunas ocorrem devido principalmente à falta do conhecimento sobre a identidade e cultura surda (como história cultural, língua de sinais, identidades diferentes, leis, pedagogia surda e literatura surda).

Sérgio Andres Lulkin, na obra *A Surdez: Um olhar sobre as diferenças*, afirma:

Estar atento às novas atitudes dentro do espaço escolar solicita dos educadores uma visão crítica, política, social, cultural e um questionamento amplo sobre as práticas e as narrativas que lhes constituem, assim como a manutenção dessas narrativas por meio de suas ações. As lutas por identidade no espaço escolar implicam uma atenção especial para o conceito da diferença, um aprofundamento nas discussões referentes à diversidade cultural, uma posição crítica frente aos poderes da linguagem social e dos discursos hegemônicos (LULKIN, 2015, p.42).

No artigo *Interseções de tempos e espaços na educação de surdos: textos e depoimentos*, Klein e Formozo (2008) pensam que estão ocorrendo muitas discussões sobre as políticas educacionais na perspectiva da educação inclusiva não só em escolas de surdos, mas na formação

docente e entre a militância dos movimentos surdos, gerando a presença da cultura surda em nosso país.

Strobel e Perlin (2008, p.25) conceituam a cultura surda como,

os resultados das interações dos surdos com o meio em que vivem, os jeitos de interpretar o mundo, de viver nele se constitui no complexo campo de produções culturais dos surdos com uma serie de produções culturais que podem ser todas como produções culturais ou seja (sic): língua de sinais, identidades, pedagogia, política, leis, artes, etc. (STROBEL , PERLIN, 2008, p.25).

A perspectiva de uma “cultura surda” parece estar se generalizando nas escolas, e nas universidades que formam professores, principalmente desde a aprovação da lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e posteriormente com a sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. É inegável que a aprovação da Lei e do Decreto representa um avanço no atendimento aos direitos das pessoas com deficiência auditiva e surdez, conquistado pela pressão política organizada, especialmente pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Sem dúvida, o direito à apropriação do conhecimento pelo ensino bilíngue indica uma grande conquista. No entanto, é necessário considerar que a ideia de “cultura surda” que fundamenta a lei, esta sendo socialmente construída a partir da aplicação da lei, como sugere a leitura de Bueno e Ferrari (2013) e não o contrário. Isto é, a ideia de que há uma cultura surda que justifica o direito das pessoas surdas não se justifica, como sugerem Bueno e Ferrari (2013).

A ideia de que a cultura surda é determinada pela existência e prática entre os surdos da Libras, uma língua viso-motora diferente das línguas maternas, é posta em cheque por Bueno e Ferrari que sugerem, ao contrário, a existência de muitas identidades e “culturas surdas”. Tais identidades estão relacionadas às condições sociais, econômicas, culturais, de sexo, raça, idade, religião, além as relações que se estabelecem nas famílias de origem das pessoas com deficiência e surdez, determinadas, entre outros fatores, pela condição profissional dos pais. Assim, por exemplo, notam-se identidades rurais e urbanas também entre as pessoas surdas.

Finalmente, para os autores há o risco de que a ideia hegemônica que contrapõe cultura surda e cultura ouvinte possa colocar em risco o direito dessas pessoas à apropriação da língua materna escrita. Nas palavras de Bueno e Ferrari (2013, pp. 68 - 69):

[...] podemos entender que a cultura não deve ser limitada a uma única qualificação, como “surda”, mas, sobretudo a inúmeras dimensões vividas, reproduzidas, compartilhadas por meio de distintos processos sociais.

Se há de fato algo que precisa ser disseminado é o direito de todos ao acesso e à apropriação de sua língua materna, seja ela falada ou sinalizada, mas principalmente escrita, direito de usá-la e, também, de se proteger dela, social, política e juridicamente, na medida em que a imposição de toda e qualquer língua expressa relações de poder e de dominação.

Portanto, o antagonismo entre apropriação da língua oral versus a valorização exclusiva da língua de sinais, entre cultura e identidade surdas e ouvintes não serve para a ampliação da autonomia das pessoas surdas, na medida em que, no mundo atual, onde as relações sociais se ampliaram de forma gigantesca, o domínio de mais de uma língua pode contribuir para a autonomia e visão crítica de todo e qualquer cidadão, incluindo aqui as pessoas surdas.

A breve consideração sobre este tema, que não é o foco principal deste trabalho, permite que se identifique um dos aspectos mais complexos que envolve o trabalho do intérprete: relacionar-se com as diversas culturas presentes nas salas de aula de educação básica. A perspectiva que permeia esse estudo é a de identificar as práticas dos Intérpretes de Libras, tendo em vista que essa compreensão pode contribuir para a formação de professores de educação básica.

A presença do intérprete, do aluno surdo ou com deficiência auditiva em uma classe de maioria ouvinte, indica a inclusão, no caso a inclusão escolar,

*A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos lingüísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas (LACERDA, 2007, p.167).*

Nesse sentido, a pesquisa desenvolveu-se com o objetivo de entender o papel do intérprete em sala de aula, não só como um tradutor, mas como um intermediador de culturas, diante dos inúmeros desafios a ele colocados.

Tendo em vista as questões apontadas acima, os objetivos da pesquisa delinear-se da seguinte forma:

1. reconhecer e analisar o trabalho do intérprete em sala de aula.
2. conhecer a abordagem do intérprete em relação as diferentes culturas;
3. analisar as relações intérprete e aluno; aluno e professor; e intérprete e professor.

Para alcançar esses objetivos o trabalho caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa que descreve significados socialmente construídos. De acordo com Chizzotti (2000), a pesquisa qualitativa,

*Em oposição ao método experimental, estes cientistas optam pelo método clínico (a descrição do homem em um dado momento, em uma dada cultura) e pelo método histórico-antropológico, que captam os aspectos específicos dos dados e acontecimentos no contexto em que acontecem. (CHIZZOTTI, 2000, p. 79)*

Para tentar responder o objeto de pesquisa, a busca de dados ocorreu por um procedimento de revisão bibliográfica,

*A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 1999, p.65)*

A pesquisa bibliográfica oferece a possibilidade do investigador abordar uma gama mais ampla de informações, pois tem acesso a teses, artigos científicos, livros e dissertações, o que fornece maior quantidade de dados para que seja feita uma análise qualitativa sobre o problema escolhido.

Para o levantamento da bibliografia foram utilizadas as bases de dados da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), SciELO (Scientific Electronic

Library Online), assim como teses e dissertações encontradas sobre o tema, no banco de teses da Capes.

Em todas as bases foram buscados dados sobre a educação de surdos no Brasil, as diferentes identidades desses sujeitos, o papel do intérprete em sala de aula, as intermediações culturais necessárias para que haja interação entre as culturas ouvinte e surda em sala de aula. Essas informações foram analisadas com o intuito de compreender melhor o papel e a função do intérprete de Língua Brasileira de Sinais, por meio de conceitos como o da cultura surda e ouvinte, a educação especial e as diferentes identidades.

Na segunda fase foram lidos os resumos e palavras-chaves dos textos encontrados e comparados aos objetivos desta pesquisa. Ao cortejar resumos e palavras-chaves, pretendeu-se verificar se os trabalhos aos quais se referiam, poderiam contribuir para que os objetivos fossem alcançados

Ao buscar nas bases de dados já citadas, a partir do título e do resumo dos trabalhos, foram encontrados 21 produções acadêmicas. Devido ao reduzido número de artigos encontrados, apenas 3, como também por serem menos aprofundados nas questões metodológicas e mais incompletos que as dissertações, optou-se pela análise de teses e dissertações.

Após a leitura dos resumos e considerando a sua relação com os objetivos da pesquisa, foram escolhidas sete teses e dissertações para serem lidas e analisadas. O texto que se segue sistematiza essas informações.

## O aluno surdo e o trabalho do Intérprete de LIBRAS em sala de aula.

Para que fique mais claro ao leitor e ao mesmo tempo, com o propósito de divulgar essa informação outros interessados no assunto, no quadro abaixo indica-se o título das teses e dissertações analisadas, o ano, os autores, a universidade e, se é uma tese ou dissertação.

<b>TÍTULO, AUTORES, ANO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>UNIVERSIDADE</b>	<b>TESE/ DISSERTAÇÃO</b>
A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental, Patrícia Tuxi, 2009	Universidade de Brasília	Dissertação
O fazer do intérprete educacional: práticas, estratégias e criações, Lara Ferreira dos Santos, 2014	Universidade Federal de São Carlos	Tese
A identidade do profissional tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Libras: das suas concepções às suas práticas, Geyson Lima de Carvalho, 2015	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	Dissertação
O papel do intérprete de Libras no contexto da educação inclusiva: problematizando a política e a prática, Joelma Remigio de Araújo, 2011	Universidade Federal de Paraíba	Dissertação
O texto do intérprete de Libras no contexto do bilinguismo e o pretexto da inclusão, Karla Patrícia Ramos da Costa, 2008	Universidade Católica de Pernambuco	Dissertação

O trabalho colaborativo do intérprete de Libras no ensino de português para surdos na escola regular de educação básica, Andréa dos Guimarães de Carvalho, 2014	Universidade Federal de Goiás	Dissertação
O tradutor/intérprete de libras em contextos de inclusão escolar: perspectivas em uma rede municipal do rio grande do sul, Elisama Rode Boeira Suzana, 2014	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Dissertação

De acordo com Adriana da Silva Thoma,

A literatura da área mostra que são raros os casos em que a aproximação dos surdos com o modelo ouvinte se deu sem deixar marcas ou provocar desajustes emocionais e/ou psíquicos nos surdos [...] Hoje sabemos que uma educação que não considera os aspectos socioculturais dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem já nasce com a garantia do fracasso, apresentando pouco ou nenhum valor de aplicabilidade. (THOMA, 2015, p.127)

A educação do surdo passou por muitas mudanças ao longo da história, muitas metodologias de ensino foram utilizadas. O oralismo (método que privilegia a comunicação oral), a comunicação total (comunicação oral e por sinais) e o bilinguismo, que é o método utilizado hoje,

A modalidade Bilingüe é uma proposta de ensino usada por escolas que se sugerem acessar aos sujeitos surdos duas línguas no contexto escolar. As pesquisas têm mostrado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como primeira língua e a partir daí se passam para o ensino da segunda língua que é o português que pode ser na modalidade escrita ou oral (PERLIN, STROBEL, 2008, p.15).

Sobre a educação dos surdos, e a inclusão escolar, o artigo 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, dispõe que

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - escolas e classes de educação bilingüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilingües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilingües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras -Língua Portuguesa.

§ 1o São denominadas escolas ou classes de educação bilingüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Portanto, relacionado também a cultura surda, mas tendo em vista as escolas e classes inclusivas, do ponto de vista da comunidade surda,

[...] Um dos motivos que levam grande parte da comunidade surda de não aceitar as políticas educacionais de inclusão, é o fato de a convivência com a cultura surda ficar prejudicada, assim como a construção da identidade surda. Entendendo que as identidade (sic) e diferenças são construídas histórica, social e politicamente, o sujeito constrói suas várias identidades no contato com seus pares e com sua cultura. Sendo assim, a escola de surdos exerce um papel importantíssimo em relação à produção de suas identidades e no compartilhar de sua língua [...] (KLEIN e FORMOZO, 2008, p.6).

Nascimento, Silva e Antunes (2015, p.7) afirmam:

No âmbito da educação especial, essa expectativa é ampliada, visto que, segundo os professores entrevistados, as famílias esperam que a escola “desenvolva” seus filhos, segundo um ideal almejado desde a sua concepção. Contudo, essas famílias, em geral, não se sentem igualmente responsáveis ou capazes de promover o desenvolvimento que desejam, sobretudo pelas dificuldades de comunicação entre os pais ouvintes e as crianças surdas [...].

Assim como Perlin cita em sua obra, sobre a diferença em relação aos signos visuais e auditivos, Sueli Fernandes e Laura Ceretta Moreira (2014), em sua pesquisa *Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro*, também apontam as diferenças culturais,

Desse modo, o bilinguismo dos surdos brasileiros constitui uma situação em que a comunidade surda tem um alto grau de identificação com a língua brasileira de sinais (Libras) e a utiliza cotidianamente no encontro surdo-surdo, ou surdo-ouvinte bilíngue. Por sua manifestação se dar por signos visuais (e não orais-auditivos, como na grande maioria das línguas naturais), implica uma constituição de sentidos sobre o mundo diferenciada, forjando uma cultura visual (com produções na arte, na literatura, no humor, na vida social e esportiva...) com impactos que assemelham os surdos a outros grupos étnicos que utilizam línguas minoritárias (como os indígenas, por exemplo). A despeito dessa identificação com sua língua de conforto, a língua portuguesa é a língua oficial do país, pela qual se realizam as interações sociais básicas, desde a família, à escola e o trabalho. Isso impõe a necessidade do uso social do português em ambientes formais, que assume o status de segunda língua para os surdos brasileiros, obrigatório no processo de escolarização dos surdos. Essa situação caracteriza formalmente a condição bilíngue dos surdos brasileiros. (FERNANDES; MOREIRA, 2014, p.57,58)

As autoras também abordam assuntos como as barreiras linguísticas e a formação do intérprete,

Essas barreiras linguísticas e comunicativas decorrentes da ausência de uma língua comum, compartilhada entre pais e filhos na família, fica aprofundada quando se inicia a escolarização formal, pela ainda incipiente situação das comunidades bilíngues nas escolas: professores, a quem, em última análise se deposita a responsabilidade histórica pela inclusão de seus alunos, não falam Libras; os intérpretes que têm atuado como mediadores de comunicação e apoio pedagógico nas escolas têm uma formação ainda deficitária e, decorrente da complexidade do processo de se tornarem proficientes em uma língua ainda marginalizada socialmente, utilizam a Língua de Sinais precariamente de forma bimodal. O bimodalismo

constitui uma prática amplamente utilizada por ouvintes não proficientes que falam e sinalizam simultaneamente, na comunicação com os surdos. Geralmente, a língua de sinais é prejudicada, pois a sinalização fica subordinada à gramática da língua portuguesa. Por decorrência, não está garantido aos estudantes surdos nem o acesso aos conteúdos escolares em Libras e nem o domínio daquela que deveria ser a segunda língua no currículo escolar – o português (FERNANDES; MOREIRA, 2014, p.59).

Conhecendo todas essas realidades, nos voltamos para a questão do acesso a informação, a qual o surdo muitas vezes não tem da melhor maneira, ou se tem por meio de legendas em língua portuguesa, não é capaz de compreender facilmente, pois não é sua língua materna. Sendo assim nos deparamos novamente com as relações interpessoais e de cultura, cultura esta formada por lutas linguísticas e reconhecimento.

É preciso também que o espaço escolar traga essa cultura, muitas vezes, como já dito, não conhecida pelo sujeito surdo, conforme Perlin e Quadros:

É preciso inverter e verter momentos sócio-escolares, em que os surdos possam entrar em contato com sua produção cultural. As produções culturais que rondam no dia-a-dia, como por exemplo, os meios de comunicação, que estão cada vez mais submetidos a uma lógica do outro ouvinte, inimiga do jeito, da verdade e dos significados que devem compor o outro surdo. Diante disso, ao surdo resta a ignorância de sua condição de ser outro diferente, o que não lhe facilita o domínio do conhecimento de sua situação e diferença, do seu ser outro. (PERLIN, QUADROS, 2006, p. 183,184)

Para a formação de sua identidade, e também como apropriação de sua cultura, é preciso que o sujeito surdo conheça a história de seu povo. Os alunos ouvintes possuem um currículo composto por matérias que aludem sua história, a evolução dos povos e do conhecimento, por exemplo, mas o aluno surdo, quando em uma escola não bilíngue, presente em uma sala composta por alunos ouvintes e tendo o intérprete, muitas vezes como seu único meio de comunicação e relação com o mundo e as pessoas a sua volta, acaba em desvantagem.

Marques (2007) aborda a questão de qual seria o papel do intérprete na educação dos alunos surdos na educação de jovens e adultos, também como a importância da relação deste com o professor, e a participação nos projetos escolares.

Mas qual seria seu papel na educação de pessoas surdas? Alguns problemas principais precisam ser evidenciados evitando, assim, desagradáveis situações. Uma situação muito frequente é quando o professor não é surdo e os alunos surdos costumam colocar ao intérprete suas indagações, objeções e colocações. Neste caso, o intérprete de Língua de Sinais deve esclarecer, antes das aulas, que toda dúvida ou colocação deve ser dirigida ao professor, sob pena de perder conteúdos importantes e adquirir informações equivocadas. Isso se deve ao fato das pessoas surdas se sentirem mais à vontade em dialogar com usuários de sua língua. Esta atitude também é prejudicial ao professor, pois ele se distanciará cada vez mais do aluno surdo. O ideal seria o intérprete e o professor estarem engajados no planejamento das aulas, pois a troca de experiências será muito produtiva, estarão criando estratégias pedagógicas que mais se aproximem do jeito da pessoa surda aprender, e consequentemente, a interpretação se apresentará mais qualificada. [...] O engajamento do profissional intérprete na educação deve ser efetivo através do intercâmbio com os educadores e demais profissionais da escola. É imprescindível que ele faça parte dos

projetos políticos pedagógicos, e de boa idealização seria a participação também de um aluno surdo. (MARQUES, 2006, pp.144-145)

Pode-se perceber então que o papel do intérprete é muito mais do que traduzir o discurso de uma língua para outra, pois estas tem cada uma suas especificidades, sendo a língua oral reproduzida de uma forma linear a língua de sinais de uma forma espacial, portanto há o choque entre tão diferentes meios de comunicação. Masutti e Santos (2007) trazem essa questão sobre o choque de realidades,

Nas aproximações culturais e linguísticas que os intérpretes de Língua de Sinais realizam, geralmente, ocorrem processos de desconstrução na forma de ver, pensar e sentir a diferença, possibilitada no contato com as comunidades surdas. Esse intervalo de desconstrução/tradução (que não apenas representa a passagem de uma língua para outra, e de uma cultura a outra) não é estável, livre de tensões, ao contrário, ele opera com a organização de diferentes processos do campo simbólico e imaginário, que trazem marcas inconscientes. A tensão reside no caráter de abertura do texto à sua infinitude de sentidos, cada ser não pode ser reduzido a uma representação. Essa mobilidade e incerteza de sentidos com as quais o intérprete se defronta produz choques de realidade. (MASUTTI, SANTOS, 2007, p. 150,151)

Para tanto, a presença do Intérprete de Libras em sala de aula é indispensável, e é preciso que seja reconhecido e respeitado,

É preciso reconhecer que a presença do intérprete em sala de aula tem como objetivo tornar os conteúdos acadêmicos acessíveis ao aluno surdo. Entretanto, o objetivo último do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros. A questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno. Deste modo, alguém que trabalhe em sala de aula, com alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais - interpretando - sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo. Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissolivelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também de educar o aluno [...]. (LACERDA, 2007, p.174)

O intérprete precisa perceber que este aluno muitas vezes é único da sala que tem a Libras como língua, cabendo a ele então não só traduzir os conteúdos de uma língua para a outra, é preciso que ele perceba a compreensão do aluno.

Portanto, além dos conteúdos acadêmicos o intérprete também esbarra na questão social, na relação interpessoal do aluno, tendo que lidar com emoções e sentimentos desse aluno, pois muitas vezes, este não tem outros amigos, ou se tem, talvez não seja compreendido da melhor maneira ou da maneira que desejaria.

O aluno surdo é usuário de uma língua que nenhum companheiro ou professor efetivamente conhece. Ele é um estrangeiro que tem acesso aos conhecimentos de um modo diverso dos demais e se mantém isolado do grupo (ainda que existam contatos e um relacionamento amigável). A questão da língua é fundamental, pois, sem ela, as relações mais profundas são impossíveis, não se pode falar de sentimentos, de emoções, de dúvidas, de pontos de vista diversos [...].

Nesse sentido, crianças surdas possuem estratégias de comunicação muito peculiares, pois a maioria vem de lares ouvintes que não possibilitam um desenvolvimento linguístico no patamar das crianças ouvintes. Assim, elas partem de uma exposição e de estratégias de linguagem diferentes, estando expostas a um ambiente que usa simultaneamente pistas visuais e auditivas, impondo a elas opções, dividindo sua atenção [...] (LACERDA, 2007, p.177, 178).

Mesmo com a presença do intérprete ainda esbarramos na questão das diferenças linguísticas e de oportunidades, pois muitas vezes nem mesmo o aluno conhece sua língua. Cabe ao intérprete então, não só traduzir, mas introduzir esse aluno na comunidade linguística a qual pertence, pois na maioria das vezes está inserido em uma comunidade que tem outra língua e que não compartilha da mesma cultura que este, devido ao acesso as informações, como exemplo temos a televisão, a qual o surdo não consegue muitas vezes compreender o que está ocorrendo. Assim, trata-se de transformar a sala de aula um lugar privilegiado para este aluno, no qual ele terá a oportunidade de compreender plenamente o que lhe é explicado e solicitado.

Quando nos voltamos ao aluno surdo, não podemos somente enxergar um aluno que tem como primeira língua a Libras e como segunda língua a Língua Portuguesa, mas sim que ele é um sujeito e que possui sua própria identidade. Identidade esta que se “constrói dentro de uma cultura visual” (PERLIN, 2015, p.58).

A cultura ouvinte é formada por signos essencialmente auditivos, sua escrita também é composta por signos audíveis, portanto para o surdo, o aprendizado da Língua Portuguesa não ocorrerá da mesma maneira (PERLIN, 2015, p.57).

Esse choque entre as realidades pode causar muitos impactos no trabalho do intérprete como o desconforto e o nervosismo na hora da interpretação, principalmente na simultânea, tanto para voz, porque sua voz esta relacionada com a fluência em sua própria língua como para língua de sinais. Esse profissional se torna muito exposto a opiniões e críticas. Uma das razões ainda é a falta de informação, que muitas vezes torna o intérprete uma “atração” nas palestras e aulas por exemplo. Sua formação também não o prepara para toda essa exposição aos ouvintes e aos surdos, tendo essas identidades e níveis linguísticos tão diferentes.

Como a formação dos intérpretes de Língua de Sinais sempre foi relegada a um segundo plano, a insegurança em relação ao processo de tomada de decisões de interpretação afeta esses profissionais, expostos a uma visibilidade em face à modalidade de língua. Se os intérpretes de línguas orais podem estar refugiados em suas cabines e ligados à sua plateia sem vínculos que os reconheçam imediatamente, não é o caso dos intérpretes de Língua de Sinais. Mesmo quando interpreta para o Português o que foi expresso em Língua de Sinais há uma sensação de que todos o reconhecerão, porque o seu corpo já foi exposto e todos sabem de quem se trata, o que torna o processo ainda mais tenso, frente ao imaginário constituído. (MASUTTI, SANTOS, 2007, p.161)

Essa insegurança pode aparecer em qualquer meio, em qualquer sala de aula, não importa se em uma escola regular, bilíngue ou em uma universidade, pois uma das causas também é a falta de acesso ao conteúdo que será abordado, com um período mínimo de tempo para a preparação do intérprete. Dessa maneira o cotidiano das escolas precisa se reorganizar para que este profissional tenha mais segurança em seu trabalho, ocasionando o trabalho mais eficaz e significativo para ambas as partes, assim como para a classe em geral. Após o estudo

das teses e dissertações essa necessidade desenhou-se de forma mais nítida a partir dos relatos e análises dos pesquisadores.

Na dissertação *A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental* (2009), a autora Patrícia Tuxi traz, como objetivo geral, “compreender e analisar a atuação do intérprete educacional em turmas inclusivas de alunos surdos no ensino fundamental nas escolas da rede pública da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal- SEEDF” (TUXI, 2009, p. 35).

A autora, ao observar as salas de aula, percebe que muitas vezes ocorrem duas aulas diferentes na mesma classe, pois o professor ministra seu conteúdo sem se preocupar com a interpretação do outro profissional. Já quando os papéis são claros, o professor espera ou auxilia em algum conceito identificando aquele ou aqueles alunos surdos como seus alunos também, a aula é mais produtiva e significativa a todos.

Por meio da pesquisa bibliográfica e de campo, a autora percebe então que o intérprete muitas vezes se vê com a função de educador, de “criador” de sinais, pois não possui uma formação específica para a sua atuação como intérprete educacional, e a ausência de preparo de toda a equipe escolar para receber o aluno surdo como um aluno com uma cultura diferente que deve ser atuante e se sentir parte da escola, assim como o intérprete, pois isso é reflexo de como a escola entende o conceito de inclusão e das relações entre os profissionais que atuam em sala de aula.

Na dissertação *O fazer do intérprete educacional: práticas, estratégias e criações* (2014), Lara Ferreira dos Santos revela as questões que nortearam a pesquisa,

- a) A atuação do Intérprete Educacional resume-se à tradução do que é dito pelo professor?
- b) De que forma as práticas pedagógicas assumidas pelos professores influenciam a atuação do Intérprete Educacional?
- c) Como se dão as práticas dos Intérpretes nas diferentes disciplinas ministradas?
- d) O Intérprete Educacional tem alguma autoria discursiva durante sua atuação? Que criações ele se permite fazer? (SANTOS, 2014, p. 13).

Como fundamentação teórica a autora se baseia nos teóricos Bakhtin e Vygotsky para compreender os conceitos de linguagem e a internalização de conceitos espontâneos (que ocorrem de forma natural) e os científicos (conceitos sistematizados que precisam a mediação intencional de um adulto), das normas e relações sociais. Em relação a criança surda, esse processo se torna mais complexo, pois a aula não é ministrada em sua língua, e o intérprete traduzirá de uma língua para a outra, o que requer conhecimento da língua.

Para entender o processo de tradução e interpretação, nos é mostrado o termo transcrição, um termo criado por Haroldo de Campos, poeta e tradutor brasileiro. Campos cria esse conceito para explicar o caminho que faz para traduzir, mostrando que o processo de traduzir não pode ser fiel ao conteúdo, pois ao passar de uma língua para outra não tem como se prender a significados, ela ultrapassa os limites de ambas a línguas, é um processo em movimento, desconstruindo e reconstruindo (SANTOS, 2014).

Na disciplina de matemática a estratégia precisa ser outra, as contas e equações ocorrem na lousa, portanto cabe ao intérprete complementar e agregar algumas informações, pois os

ouvintes podem narrar o processo mental oralmente e visualizá-lo, utilizando dois sentidos para a realização de um processo.

Na disciplina de Educação Física, o trabalho aliado entre o professor e o intérprete auxilia muito o entendimento dos alunos surdos, pois como a primeira aula é expositiva e explica a prática esportiva ao grupo antes da prática em quadra, faz com que a interpretação não tenha que ocorrer ao longo da atividade realizada na quadra, o que acabaria por prejudicar o aluno surdo.

Na dissertação *A identidade do profissional tradutor intérprete de língua de sinais-LIBRAS: das suas concepções às suas práticas* (2015), o autor Geyson Lima de Carvalho traz como objetivo geral “Compreender os elementos que compõem e influenciam a identidade profissional do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, decorrentes do seu trabalho, na sala de aula do ensino regular que inclui alunos surdos”. Santos (2015) cita Jakobson (2007) e Quadros (2004) para fundamentar os conceitos de tradução intralingual, interlingual e intersemiótica, assim como a tradução simultânea e a consecutiva. Com base nos depoimentos, percebeu a necessidade dos sujeitos de conhecer a “cultura surda”.

Após a pesquisa bibliográfica, assim como as pesquisa de campo, Santos (2015) percebe que os intérpretes muitas vezes não sabem como proceder, pois este ainda se encontra em construção da sua profissão. Também conclui que a formação é um elemento muito importante. O outro elemento que emerge no decorrer da pesquisa é que o profissional enxerga a necessidade de um acompanhamento, uma mediação, para que se sintam mais confortáveis em relação as suas funções e escolhas, pois questões sobre a relação entre o professor de sala e o intérprete, a elaboração do material pedagógico, a relação entre o aluno surdo e o professor também são citadas nas entrevistas.

Joelma Remigio de Araújo, na dissertação *O papel do intérprete de Libras no contexto da educação inclusiva: problematizando a política e a prática* (2011), tem como principais referenciais teóricos os autores Quadros, Perlin, Skliar e Dorziat.

No capítulo três, a pesquisadora traz a análise dos dados da pesquisa, citando depoimentos dos entrevistados, quando aborda assuntos como a trajetória e motivos de escolha dessa profissão; contato com os alunos surdos fora da escola, como forma de apropriação da cultura surda, e maior conhecimento da língua; engajamento em eventos em prol dos surdos; cursos na área de educação inclusiva e/ou surdez; e participação no planejamento das aulas.

Nas considerações finais, a autora relata ter observado a importância da formação do profissional, problemas relacionados à ética e a responsabilidade, citando as observações dos fatos pronunciados e executados, a falta da aplicação de uma metodologia que considere as singularidades dos sujeitos surdos, constatando que as escolas pesquisadas se consideram inclusivas ou bilíngues, mas não desenvolvem atividades compatíveis à realidade linguística dos alunos surdos, concluindo então que esses profissionais precisam assumir sua profissão e mudar suas atitudes.

Na dissertação *O texto do intérprete de Libras no contexto do bilinguismo e o pretexto da inclusão* (2008), Karla Patrícia Ramos da Costa traz nas considerações gerais, inclusão e bilinguismo como uma proposta educacional para alunos surdos.

Sobre a formação de identidade do sujeito surdo, Costa (2008) aborda a língua de sinais como sendo a que define basicamente esta identidade, então a interação entre os surdos faz com que surjam novas possibilidades de entendimento, diálogo e aprendizagem. Ao analisar os depoimentos, diz:

Outro ponto que dever ser considerado é avaliar os efeitos de tal processo nas séries iniciais de escolarização. Isso porque os depoimentos dos intérpretes mostram que o professor, muitas vezes, pode delegar erroneamente a responsabilidade do ensino a ele, ou considerá-lo como seu auxiliar pedagógico para os alunos surdos e, eventualmente para todos os alunos. Neste caso, o professor considera que os alunos estão pedagogicamente sendo atendidos [...] (COSTA, 2008, p.56).

Na dissertação *O trabalho colaborativo do intérprete de libras no ensino de português para surdos na escola regular de educação básica* (2014), Andréa dos Guimarães de Carvalho tem como objetivos:

[...] reunir, em um “Espaço Colaborativo Virtual Permanente”, em sites oficiais de Secretarias de Educação (Município de Senador Canedo, Goiânia etc.), um fórum permanente de discussão e trocas de experiências didático-metodológicas, que possam contribuir com o trabalho do intérprete de Libras nas escolas regulares de ensino especial que não contam, ainda, com a presença do professor capacitado em educação de deficiente auditivo. Para tanto (CARVALHO, 2014, p.15).

Carvalho (2014) constata que a inclusão escolar tem como foco apenas a socialização do aluno com deficiência e não a formação de um sujeito autônomo, a partir de uma adaptação do currículo, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e psicossocial. Muitas vezes essas adaptações não ocorrem, pois não se preocupam com a formação do grupo minoritário.

A pesquisadora mostra os interesses e dificuldades dos dois sujeitos pesquisados em relação à escrita da língua portuguesa. Eles mostram interesse no aprendizado da língua, pois gostariam de ter mais privacidade, autonomia e melhoria na convivência social. Tem dificuldades em sala de aula por não compreenderem alguns conceitos, por acharem as atividades chatas e infantis.

Na conclusão, a Carvalho (2014) narra os fatos mais importantes percebidos no decorrer da pesquisa, como a importância de um trabalho colaborativo entre os participantes do processo educativo para que ocorra uma escolarização eficaz; a defasagem com que os alunos surdos chegam à escola em relação às duas línguas. Para superar essa defasagem também se faz necessário uma adaptação curricular para atender as necessidades educativas. Trata também da necessidade de uma formação mais aprofundada e continuada do profissional intérprete; e das estratégias para que os alunos surdos se sintam mais motivados para aprender os conteúdos curriculares.

Na dissertação *O tradutor/intérprete de libras em contextos de inclusão escolar: perspectivas em uma rede municipal do Rio Grande do Sul* (2014), a autora Elisama Rode Boeira Suzana, tem como objetivo central

[...] analisar a dimensão educativa associada à ação dos Intérpretes de Língua de Sinais que atuam na educação de surdos em contextos de inclusão escolar, compreendendo as conotações dessa ação, assim como suas potencialidades (SUZANA, 2014, p.12)

Aborda com isso a formação do intérprete e as legislações relacionadas, mostrando que os cursos de formação devem abordar e fazer refletir sobre a língua, o sujeito surdo, a ética, a postura, as escolhas tradutórias, entre outros assuntos relevantes que contribuam para a interpretação, assim como oferecer uma base de cultura, para que não ocorram reduções e omissões que prejudiquem o aprendizado do aluno.

Sobre a relação do intérprete e do professor, afirma:

A barreira linguística é um dos fatores que contribuem para que o professor se afaste do aluno porque percebe a proximidade que o surdo tem com o intérprete e o vínculo que eles construíram no seu dia a dia. O professor se sente incapaz de ter esta mesma conexão por não ter conhecimento da Língua de Sinais. No entanto, é importante ressaltar que o aluno pertence à escola e, na sala de aula, seu aprendizado é também de responsabilidade do professor, pois é dele a função de ensinar. Outros motivos colaboram para o afastamento deste aluno: resistência à inclusão, preconceito, descrédito quanto a sua capacidade de aprender etc.. (SUZANA, 2014, p.50)

Em relação às adaptações que o intérprete precisa fazer sobre os diferentes níveis de conhecimento de Libras do aluno surdo:

Se o aluno não tem conhecimento da Língua de Sinais no mesmo nível do intérprete, ou no mesmo nível que a disciplina exige, o TILS terá duas escolhas: fazer uma interpretação truncada parando cada tempo para explicar os sinais que o aluno não conhece, ou simplificar a tradução. Na simplificação, o intérprete fará uma interpretação simples, usará sinais aproximados ao sinal original, usando exemplos muitas vezes diferentes dos utilizados pelo professor. Isso porque algumas experiências de vida que os surdos têm são diferentes das dos ouvintes. É importante, portanto, que o professor lembre que existe um surdo na sala e use exemplo que alcance a todos. É inviável o professor usar exemplos que tragam experiências auditivas: isso forçará o intérprete a mudar o discurso, colocando um acréscimo em sua tradução. (SUZANA, 2014, p.56)

Nas considerações finais, Suzana tece uma interessante observação sobre a identificação do intérprete como professor:

Durante o percurso deste estudo, compreendemos que esses profissionais não se percebem apenas como tradutor/intérprete, mas se identificam como um professor para o aluno surdo. Na sala de aula, constantemente ultrapassam a função de interpretar e se inserem frequentemente no campo do ensino. Mesmo deixando claro que sabem da existência de uma orientação geral que indica o afastamento do ato de ensinar, colocar em prática essa premissa parece ser muito difícil (SUZANA, 2014, p.89).

## CONCLUSÃO

Em relação ao objetivo geral deste trabalho que é “reconhecer e analisar o trabalho do intérprete em sala de aula”, foram muitos os aspectos comuns encontrados, nas teses e dissertações analisadas, como a abordagem histórica desta profissão.

A maioria dos trabalhos trouxe o surgimento desta profissão nos primeiros capítulos ou introdução, para que o leitor soubesse como surgiu este profissional, sujeito das pesquisas. Abordando o surgimento desta profissão se faz necessário reconhecer seu trabalho na comunidade surda. Os surdos precisaram perceber sua importância como um mediador, principalmente em salas de aula, mas também em espaços públicos e nas relações sociais. Passaram-se muitos anos e esta profissão precisou ser reconhecida perante a legislação o que acarretou, na formação do intérprete, nesse caso, a formação específica para atuação do intérprete em sala de aula.

Em muitos relatos de intérpretes entrevistados pudemos encontrar a necessidade de uma melhor formação, para que sua interpretação fosse mais eficaz. A dificuldade na compreensão em algumas disciplinas, por exemplo, foi muito relatada. Essa falta de formação específica se articula diretamente com a relação deste profissional com o professor em sala de aula. A diferenciação destes papéis ainda não está clara na maioria dos casos citados, assim como o reconhecimento do intérprete como mais um integrante da equipe educacional, fazendo com que este não participe da elaboração do planejamento e nem conheça o conteúdo antes das aulas. Tratando-se da interpretação em si, alguns trouxeram a diferenciação entre o tradutor e o intérprete reconhecendo a importância de conhecer a cultura surda e as especificidades das línguas.

Sobre o primeiro objetivo específico “conhecer a abordagem do intérprete em relação às diferentes culturas”, temos o conceito de interpretação, concordado em todos os trabalhos, que envolve muito mais do que uma tradução entre as línguas. A cultura se apresenta como fator importante, a necessidade de se conhecer além dos sinais, reconhecendo a cultura surda e suas peculiaridades para que se consiga passar os conceitos, fazer relações entre as línguas e exemplificar. Para conseguir elaborar estratégias que relacionam as culturas e as especificidades da língua é necessário que se estabeleça um contato maior com o aluno surdo, muitas vezes esse contato acontece fora da escola. Essa mediação do intérprete é muito necessária, porque na maioria das vezes o professor regente não conhece essas necessidades mais específicas do aluno surdo, como a formação dos conceitos, então é necessária a sensibilidade o profissional para perceber quando essas mediações precisam ocorrer.

Para que o aluno tenha direito a um maior acesso ao conhecimento e as informações, é preciso que o intérprete esteja imbuído de um vasto conhecimento da Língua Portuguesa e da Língua de Sinais, respeitando as especificidades de cada uma, para que consiga fazer as adaptações necessárias, trazendo se for preciso, uma maior contextualização do que está sendo passado, para o aluno. Porém isso só é possível com uma formação devida, algo que muitos dos entrevistados alegaram não ter ou não ser suficiente.

A partir do contato que o intérprete mantém com o aluno surdo fora da escola, pode ocasionar a participação em movimentos em prol do povo surdo, pois este profissional passa a ser considerado da comunidade surda, uma pessoa a qual esse povo confia e muitas vezes depende para que tenham uma real comunicação com pessoas ouvintes.

A falta de uma formação continuada, a falta de clareza em seu papel e dos outros papéis em sala de aula, consequentemente a pouca perspectiva de carreira profissional, pode fazer com que o intérprete se sinta desvalorizado.

O outro objetivo específico foi “analisar as relações intérprete e aluno; aluno e professor; e intérprete e professor”. A relação entre o professor e o intérprete apareceu de forma unânime nas pesquisas. Essa cooperação entre os dois profissionais precisa ocorrer para que o aprendizado aconteça, porém pelos casos relatados há ainda muitas dúvidas do que cabe a cada um no âmbito educacional. Essa situação reflete diretamente na relação entre professor e aluno surdo, pois se os papéis não estão bem definidos, o aluno é o mais prejudicado, uma vez que ele não sabe qual é sua referência. A elaboração de materiais didáticos e a organização em conjunto do planejamento são de total relevância para que as relações entre esses sujeitos aconteçam de uma forma mais clara e eficiente. Para que o aluno receba a melhor interpretação possível, o conhecimento da Libras precisa estar em constante evolução, já que são diferentes disciplinas e conteúdos abordados.

Em relação à questão dos conceitos, no início da maioria dos textos, os conceitos de oralismo, comunicação total e bilinguismo foram abordados para que o assunto da escolarização assim como o surgimento do papel do intérprete em sala de aula pudesse ser esclarecido, da mesma forma, os diferentes tipos de interpretação que podem ocorrer. O conceito de inclusão foi trazido por meio, na maioria das vezes, da própria legislação brasileira e muitas vezes comparada com que estava sendo realizado nas escolas pesquisadas. A cultura surda também foi muito abordada, trazida como uma questão relevante do entendimento de inclusão, de formação de identidade e da interpretação em si. Para esclarecimento deste conceito foram usados alguns autores em comum como Strobel, Quadros e Perlin. O pensamento e a construção de conceitos apareceram em muitos dos trabalhos, todos com o mesmo referencial teórico.

Foi possível perceber que a lei do intérprete é muito recente, porém o papel dele é muito antigo, e a comunidade surda foi reconhecendo nele um aliado para que ultrapassem todos esses fatos históricos e as diferentes filosofias educacionais utilizadas no âmbito nacional e internacional. As leis no Brasil relacionadas a Libras e ao Intérprete são recentes, porém o conceito de inclusão já apareceu na nossa legislação desde a LDB em 1996, e mesmo assim muitas dúvidas ainda permanecem no meio educacional.

Como os surdos possuem uma língua própria, com diferentes características e especificidades, principalmente por ser uma língua viso espacial, ter passado por proibição durante um longo período e ter sido reconhecida há tão pouco tempo, o profissional intérprete de Libras passou por todos esses períodos junto com o povo surdo, então este percebe a necessidade de conhecer a cultura surda, pois muitas vezes nem mesmo o povo surdo se reconhece. Os alunos ainda não construíram sua identidade, muitas vezes por estarem inseridos em famílias ouvintes e por não terem um processo real de inclusão nas escolas.

Tendo reconhecido a importância da cultura surda como parte significativa em sua interpretação, esse profissional esbarra em sua pouca formação e reconhecimento de seu trabalho, a escola continua se transformando e o intérprete, como pudemos observar nos relatos trazidos nos trabalhos pesquisados, ainda não foi realmente inserido como um integrante da equipe escolar, portanto não participa dos planejamentos de aulas, não conhece o conteúdo que será trabalhado, o que acarreta na dificuldade em sua interpretação, por falta de tempo na elaboração de estratégias e exemplos que pode trazer ao seu aluno, para contextualizar o seu conhecimento.

Nesse sentido, um ponto relevante que apareceu em uma dissertação foi a diferenciação entre o fato pronunciado e executado entre os intérpretes, pois quando ele mesmo não reconhece a importância de seu papel ético e profissional dentro de sala de aula, o principal prejudicado será o aluno.

A inclusão que efetivamente esta em curso nas escolas traz inúmeros desafios, entre eles, a de inclusão do próprio intérprete. Este é um desafio a ser enfrentado por Intérpretes, alunos surdos, professores e direção das escolas. Notou-se que esse desafio exige que os professores da educação básica tenham uma formação que os capacite a trabalhar coletivamente, incluindo o intérprete.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Joelma Remígio de. *O papel o intérprete de libras no contexto da educação inclusiva: problematizando a política e a prática*. Paraíba, UFPB, 2011.122p. disponível em:< <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4613/1/arquivototal.pdf>> Acesso em: 27 set. 2016.
- BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)> Acesso em: 10 set. 2015.
- BUENO, José Geraldo Silveira; FERRARI Carla Cazelato. *Contrapontos socioeducacionais da surdez: para além da marca da deficiência*. In: GRIESER, Annelise; GONÇALVES, Daniel e MARQUES, Paulo Roberto F. O. (organizadores). I Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto - MALCE. II. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - INESP. 2013.
- CARVALHO, Andréa dos Guimarães de. *O trabalho colaborativo do intérprete de libras no ensino de português para surdos na escola regular de educação básica*. Goiânia – GO, dezembro de 2014. 168 p. Disponível em:< <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4441/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Andr%C3%A9a%20dos%20Guimar%C3%A3es%20de%20Carvalho%20-%202014.pdf>> Acesso em: 28 out. 2016
- CARVALHO, Geyson Lima de. *A identidade do profissional tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais- Libras: das suas concepções às suas práticas*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2015. 225p. Disponível em:< [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6683/Geyson.disserta%C3%A7%C3%A3o%20\(12\).pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6683/Geyson.disserta%C3%A7%C3%A3o%20(12).pdf?sequence=1)> Acesso em: 10 out. 2016.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em educação humanas e sociais*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000. 164p. 67
- COSTA, Karla Patrícia Ramos da. *O texto do intérprete de libras no contexto do bilinguismo e o pretexto da inclusão*. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2008, 107 p. Disponível em:< [http://www.unicap.br/tede//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=400](http://www.unicap.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=400)> Acesso em: 18 out. 2016.
- FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileira. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69. Editora UFPR. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/05.pdf>> Acesso em: 1 out. 2015
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.
- KLEIN, Madalena; FORMOZO, Daniele de Paula. Intersecções de tempos e espaços na educação de surdos: textos e depoimentos. *31º Reunião Nacional da ANPED*, GT15, Educação Especial. Caxambu-MG, outubro, 2008. Disponível em: < <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT15-4836-Int.pdf>> Acesso dia 12 de setembro de 2015.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico. *23º Reunião Nacional da ANPED*, GT15, Educação Especial. Caxambu-MG, outubro, 2000. Disponível em:<<http://23reuniao.anped.org.br/textos/1518t.PDF>> Acesso em: 20 set. 2015
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Cad. Cedes vol. 26*, n. 69, Campinas, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 30 set.2015.
- LULKIN, Sérgio Andres. *A surdez: Um olhar sobre as diferenças/ Carlos Skliar (org.)* 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015, 192p.
- MARQUES, Rodrigo Rosso. *Educação de Jovens e Adultos: um diálogo sobre a educação e o aluno surdo*. Estudos surdos II/ Ronice Müller de Quadros (org.). –/ [Petrópolis, RJ]: Arara Azul, 2007. Disponível em:< <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudos-Surdos-II.pdf>> Acesso em: 1 out. 2015.
- MASUTTI, Mara Lúcia; SANTOS,Silvana, Aguiar dos. *Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em*

construção. Estudos surdos III/ Ronice Müller de Quadros (org.). /- [Petrópolis, RJ] : Arara Azul, 2008. Disponível em:< <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudos-SurdosIII.pdf>> Acesso em 25 out. 2015. 68

NASCIMENTO, Maria das Graças C. de Arruda; SILVA, Yrlla Ribeiro de Oliveira Carneiro da; ANTUNES, Ana Luísa. O Trabalho Docente na Contemporaneidade: A Educação de Surdos como Desafio. 33º Reunião Nacional da ANPED, GT15, Educação Especial. Caxambu-MG, outubro, 2010. Disponível em:< <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT15-6589-Int.pdf>> Acesso em: 25 set.2015.

PERLIN, Gládis; QUADROS, Ronice Müller de. Ouvinte: O outro do Ser Surdo. Estudos surdos I /- [Petrópolis, RJ]: Arara Azul, 2006. Disponível em:< <http://www.editora-arara-azul.com.br/ParteA.pdf>> Acesso em: 1 out. 2015

PERLIN, Gládis. Identidades Surdas. A surdez: Um olhar sobre as diferenças/ Carlos Skliar (org.) 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

SANTOS, Lara Ferreira dos. O fazer do intérprete educacional: práticas, estratégias e criações. São Carlos: UFSCAR, 2014. 200p. Disponível em<<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2930/6164.pdf?sequence=1>> Acesso em: 7 out. 2016.

STROBEL , Karin. História da educação de surdos. Florianópolis, 2009. Disponível em:< [http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase\\_HistoriaEducacaoSurdos.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf)> Acesso em: 26 set. 2015.

STROBEL, Karin; PERLIN Gládis. Teorias da Educação e Estudos Surdos. Florianópolis, 2009. Disponível em: < [http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/teoriasDaEducacaoEEstudiosSurdos/assets/257/TEXTObaseTeoria\\_da\\_Educacao\\_e\\_Estudios\\_Surdos\\_pronta.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/teoriasDaEducacaoEEstudiosSurdos/assets/257/TEXTObaseTeoria_da_Educacao_e_Estudios_Surdos_pronta.pdf)> Acesso em: 27 set.2015.

SUZANA, Elisama Rode Boeira. O tradutor/intérprete de libras em contextos de inclusão escolar: perspectivas em uma rede municipal do rio grande do sul.-2014. 98 p. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106462/000941769.pdf?sequence=1>> Acesso em: 1 nov. 2016;

THOMA, Adriana da Silva. A surdez: Um olhar sobre as diferenças/ Carlos Skliar (org.) 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015, 192p.

TUXI, Patrícia. A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental. Brasília, 2009. 123p. Disponível em:< [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4397/1/2009\\_PatriciaTuxi.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4397/1/2009_PatriciaTuxi.pdf)> Acesso em: 16 out. 2016.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:< [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 9 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)> Acesso em: 5 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei de Libras - Lei 10436/02 de 24 de abril de 2002. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm)> Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. 94 p. : il. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>> Acesso em: 27 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº12.319, de 1º de setembro de 2010. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm)> Acesso em: 4 out. 2016.

DESLANDES, Sueli Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade/ Sueli Ferreira Deslandes, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 29.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Que educação nós surdos queremos. Documento elaborado no pré-congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngüe para Surdos. Porto Alegre/RS: UFRGS, 1999. (Texto digitado).

### **ABSTRACT**

The inclusion of persons with hearing disabilities in mainstream classrooms raised interest on how this process is actually happening (or not) in Brazilian schools. A significant aspect of this process is the work of Brazilian Sign Language interpreters in education, which needs to be acknowledged and analysed not only with reference to his/her role in translating, but also in his/her personal relationships, once it might influence the identity formation of the deaf student. This manuscript is based on a final term paper that used qualitative research to assess the literature and analyse documents. Its main objectives were i) to acknowledge and analyse the work of classroom interpreters, ii) to discover the interpreters' approach with reference to the different cultures, and iii) to analyse the relationship between interpreters and students, and between students and teachers. The manuscript assesses the ethical issues and legislation-related aspects of the professional Brazilian Sign Language interpreter, and the barriers that they need to overcome in order to be coherent and effective when interpreting and communicating with deaf and hearing students and teachers, thus contributing towards the formation of the deaf student and his/her identity. It also assesses interpreters training, their needs, doubts, and the acknowledgement of their work in the classroom.

### **KEYWORDS**

educational interpreter, interpreters training, communication, identity.

